



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,59% São Paulo	139.334 16/5 19/5 20/5 21/5	R\$ 5.642 (- 0,48%)	15/maio 5,678 16/maio 5,669 19/maio 5,655 20/maio 5,669	R\$ 1.518	R\$ 6.385	14,65%	Dezembro/2024 0,52 Janeiro/2025 0,16 Fevereiro/2025 1,31 Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43

ENERGIA

40 milhões terão conta de luz zerada

De acordo com a MP assinada ontem, famílias com renda de meio salário mínimo por pessoa deixarão de pagar pela energia

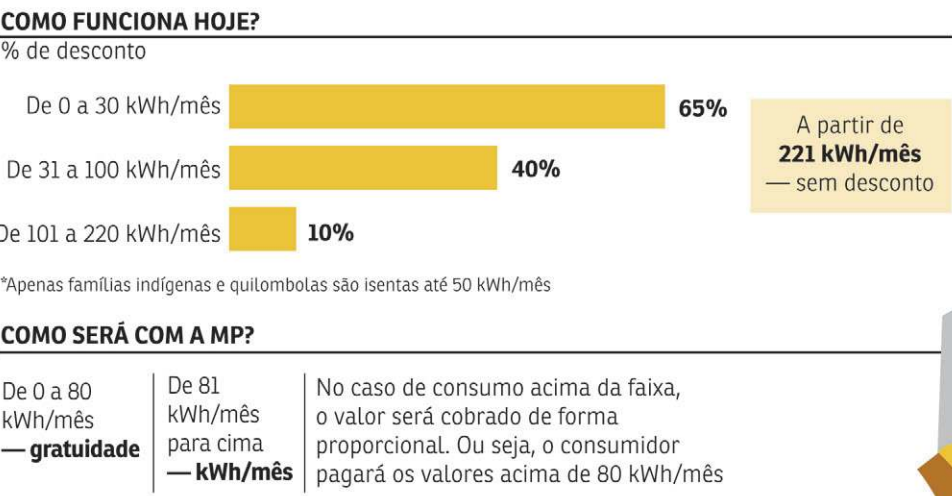
» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem uma Medida Provisória (MP) que visa reformar o setor elétrico e, no médio prazo, levar a uma redução generalizada da conta de luz. O texto traz ainda uma medida de curto prazo para aliviar as famílias mais pobres: isenção da conta de luz para lares com renda per capita de até meio salário mínimo (R\$ 759) e um desconto estimado em 12% para famílias entre meio e um salário mínimo (R\$ 1.518) — elas ficarão isentas da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), uma das tarifas que incide sobre energia elétrica. O governo calcula que a gratuidade vai beneficiar cerca de 40 milhões de pessoas, e o desconto, outras 60 milhões, com custo de R\$ 3,6 bilhões para os cofres públicos. Apesar de a MP ter sido publicada ontem, em edição extra do *Diário Oficial da União* (DOU), o governo estima um prazo de 45 dias para que as concessionárias se adequem e apliquem as mudanças. Em outra frente, a medida prevê a abertura do mercado de energia a partir de agosto de 2026 — ou seja, consumidores poderão escolher de quais empresas vão comprar eletricidade. A MP terá que ser aprovada pelo Congresso Nacional em até 120 dias para se tornar lei.

Lula assinou o texto durante uma reunião fechada com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), além de líderes do Congresso e os ministros Gleisi Hoffmann (Secretaria de Relações Institucionais), Rui Costa (Casa Civil), Sidônio Palmeira (Secretaria de Comunicação Social), e

Como será a gratuidade da conta de luz

MP, que visa reduzir a conta de luz no país, e inclui descontos para famílias de menor renda



QUEM SÃO OS BENEFICIADOS PELA GRATUIDADE?

- Famílias inscritas no CadÚnico com renda de até meio salário mínimo (R\$ 759) por pessoa
- Pessoas com deficiência ou idosos (com mais de 65 anos) que recebam o Benefício de Prestação Continuada (BPC)
- Famílias indígenas ou quilombolas inscritas no CadÚnico
- Famílias do CadÚnico atendidas em sistemas isolados por módulo de geração offgrid

» Izabella Teixeira na Piemonte Capital

Izabella Teixeira, ex-Ministra do Meio Ambiente, é a nova integrante do Conselho Consultivo da Piemonte Capital, gestora brasileira focada em infraestrutura digital. Reconhecida internacionalmente por sua atuação na agenda ambiental, Izabella reforça o compromisso da empresa com o pilar da sustentabilidade. A Piemonte Capital faz parte do Grupo Piemonte Holding, responsável pela Elea Data Centers — plataforma de data centers sustentáveis — e idealizadora da Rio AI City, um hub de inovação digital localizado no Parque Olímpico, no Rio de Janeiro.

Alexandre Silveira (Minas e Energia). Durante a assinatura, Lula destacou abertura do mercado, que avalia trazer uma redução de preços no futuro por permitir a competição entre fornecedores de energia. “Todo mundo sabe que o povo mais pobre, que a classe média brasileira paga mais do que as pessoas que utilizam energia pelo mercado livre, que normalmente são os empresários”, disse Lula. “E os pequenos comerciantes, o pequeno empresário e o povo em geral termina pagando mais caro na energia do que aqueles que consomem muito, aqueles que são os grandes empresários

brasileiros”, acrescentou.

A MP foi detalhada por Rui Costa e Silveira a jornalistas após a solenidade. Além da ampliação e gratuidade da Tarifa Social, o texto estabelece a abertura do mercado de energia para consumidores de baixa tensão. Atualmente, residências e pequenos comércios e indústrias são obrigados a comprar energia da distribuidora local — no caso de Brasília, por exemplo, é a Neoenergia. Silveira, porém, argumentou que o mercado livre de energia opera com preços até 23% mais baratos do que o mercado regulado por conta da concorrência entre as empresas.

Segundo a MP, a abertura começará em agosto de 2026 para indústria e comércio, e chegará aos demais consumidores até dezembro de 2027.

De acordo com o Ministério de Minas e Energia, a abertura permitirá que todos comparem preços, ofertas e condições contratuais entre os diferentes fornecedores de energia, e escolham as mais vantajosas. A pasta compara processo com a escolha de um plano de telefonia ou de internet. As concessionárias locais vão continuar responsáveis pela infraestrutura de distribuição, e vão receber uma taxa referente a isso. “Queremos também fazer

justiça tarifária e abertura do mercado, beneficiando a classe média, acabando com o monopólio das distribuidoras, permitindo que todo mundo possa escolher a fonte que quer comprar energia”, afirmou o ministro de Minas e Energia. A MP inclui ainda a revisão de benefícios fiscais concedidos para o setor energético, alterando a divisão da CDE pela energia consumida, e não mais levando em conta a tensão e incluindo os consumidores livres na base de adquirentes da energia produzida por Angra 1 e 2, e na base de consumidores que suportam benefícios à geração distribuída.

A MP foi enviada ainda ontem para o Congresso, e será discutida em uma Comissão Mista. O texto, provavelmente, sofrerá alterações antes de ser sancionado. Para Hugo Motta, o tema é estratégico para o país e haverá “uma ampla discussão”. Alcolumbre, por sua vez, alertou que a reforma é um dos temas mais complexos do país. “É chamar os melhores técnicos do Estado brasileiro, chamar a iniciativa privada, a sociedade, para a gente verdadeiramente entregar uma nova reestruturação do setor elétrico brasileiro, que faça justiça social com aqueles que mais precisam”, enfatizou o senador.

GRYPE AVIÁRIA

Indústria avícola tem prejuízos com suspensões de compras

» FERNANDA STRICKLAND

Chegou a 21 o número de países que anunciaram a suspensão total das importações de carne de frango brasileira. Segundo informou, ontem, o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), outros 39 optaram por restrições regionais, concentradas no estado gaúcho ou especificamente no município afetado.

Entre os países que interromperam completamente as compras estão grandes parceiros comerciais como China, União Europeia, Coreia do Sul e México, além de Canadá, Chile, África do Sul e membros da União Europeia. Já países como Japão e Arábia Saudita restringiram as importações apenas ao município de Montenegro.

Ao **Correio**, o presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Ricardo Santin, ressaltou que ainda é cedo para estimar prejuízos financeiros concretos. “Esses números

seriam conjecturas ainda difíceis de fazer. As empresas têm alternativas como redirecionamento para outros mercados, armazenamento ou destinação ao mercado interno”, explicou Santin, em entrevista.

Apesar da incerteza quanto ao impacto econômico direto, Santin afirmou que o setor já enfrenta custos logísticos adicionais. “Estamos tendo que redirecionar rotas, trocar navios, encontrar espaços em armazéns não planejados. São prejuízos logísticos que já sentimos”, pontuou.

O presidente da Abpa também pediu parcimônia na leitura do cenário. “Alguns países que suspenderam não têm relevância comercial, como Sri Lanka e Paquistão, que sequer compram do Brasil. Dos 151 mercados para os quais exportamos, apenas 21 fecharam totalmente. A maioria manteve restrições localizadas ou continua operando normalmente”, disse.

Segundo o Mapa, o foco foi rapidamente controlado e as

ABPA/Divulgação



Ricardo Santin, presidente da Abpa, afirma que setor enfrenta aumento de custos logísticos

autoridades sanitárias brasileiras estão atuando de forma transparente com os países importadores. O órgão ressaltou que o vírus não é transmitido pelo consumo de carne de frango e que as suspensões são preventivas,

seguindo os protocolos internacionais da Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA).

A influenza aviária foi registrada no Brasil pela primeira vez em 2023, inicialmente em aves silvestres. A ocorrência atual em

aves comerciais acendeu o alerta, mas também mostrou uma resposta ágil por parte das autoridades. Para evitar novos focos, o setor reforça medidas de biosseguridade, principalmente nas granjas e fábricas de ração. “Se

houver respeito ao vazio sanitário e aos protocolos de limpeza, não há risco de transmissão”, reforçou o presidente da ABPA.

A expectativa agora é de que, com o envio de relatórios técnicos à OMSA na próxima semana e a intensificação dos diálogos diplomáticos, os mercados comecem a ser reabertos gradualmente. Enquanto isso, o setor segue mobilizado para garantir que o impacto seja o menor possível. “É um momento de apreensão, mas também de superação. O setor é resiliente, os produtores são resilientes, e vamos passar por isso com responsabilidade e transparência”, concluiu Santin.

Especialistas avaliam que a situação é uma ameaça diretamente a um setor que movimentou mais de R\$ 60 bilhões por ano e responde por 5% de tudo o que o Brasil exporta.

“A crise revela tanto a vulnerabilidade quanto a força de reação do setor. Os efeitos econômicos são inegáveis, e podem ser ampliados caso o episódio se prolongue ou ganhe novos focos em estados como Santa Catarina ou Paraná, que concentram 40% da produção nacional”, comentou o economista Fabio Ongaro.